

# Pesquisa em Relações Internacionais no Brasil:

passado, presente e perspectivas

José Flavio Sombra Saraiva

**Como citar:** SARAIVA, J. F. S. Pesquisa em Relações Internacionais no Brasil: passado, presente e perspectivas. *In:* AGUILAR, S. L. C.; ALBRES, H. M. (org.). **Relações Internacionais:** pesquisa, práticas e perspectivas. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 67-77. DOI: <https://doi.org/10.36311/2012.978-85-7983-240-6.p67-77>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição- NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

## **PESQUISA EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO BRASIL: PASSADO, PRESENTE E PERSPECTIVAS**

*José Flavio Sombra Saraiva*

**S**endo o tema a pesquisa em Relações Internacionais, dividimos o texto em três pontos, circunscrevendo as observações sobre pesquisa em Relações Internacionais no Brasil.

Na primeira parte, abordaremos os dados essenciais, elementos para as interpretações que podem ser múltiplas. São dados que estão disponíveis nas séries, nos documentos, naquilo que vem sendo gestado na avaliação da produção de conhecimento científico em Relações Internacionais no Brasil. Na segunda parte, faremos uma pequena discussão, mais qualitativa, sobre as temáticas de pesquisa, avanços, dificuldades e áreas prioritárias. A terceira e última parte será uma espécie de anotação de perspectiva, um balanço sobre a pesquisa em Relações Internacionais no país.

As Relações Internacionais se inscrevem em uma área crescente no Brasil e começa a se deslocar das áreas tradicionais da produção das Ciências Humanas e Sociais nas universidades públicas federais, no sistema de avaliação qualitativo e quantitativo da produção de conhecimento. Essa assertiva

se baseia nos últimos relatórios produzidos pelos comitês de avaliação da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) das áreas Antropologia, História, Geografia, Sociologia, Direito, bem como Ciência Política e Relações Internacionais.

Foi publicado em outubro/novembro de 2010 o balanço trienal do desenvolvimento dos programas de pós-graduação do país. Foram classificados na métrica da CAPES a produção científica, suas relações com áreas de concentração e linhas de pesquisa dos programas, a articulação quantitativa e qualitativa da participação dos professores doutores dos núcleos centrais dos programas, a qualidade das publicações nas revistas classificadas como A1 ou A2 no Qualis.

Também foi avaliada a articulação dos livros publicados em relação aos quesitos qualificados como produção intelectual de alta, média e baixa qualidade, além de vários outros elementos de métrica institucional e da produção qualitativa das teses e dissertações. Em síntese, uma métrica, um processo e um projeto estratégico que honra as ciências do Brasil no mundo. É, portanto, uma métrica na qual os colegas físicos, químicos, engenheiros, matemáticos, os produtores de conhecimento em Relações Internacionais no Brasil e todos os que produzem ciência e trabalham em programas de pós-graduação de qualidade nesse país estão submetidos.

Foram feitas consultas a esse material, além de entrevistas com avaliadores e produtores desses relatórios. A publicação dos estágios de cada área, no sítio da CAPES na internet, é também ilustrativo para quem deseja se interar desse mecanismo de acompanhamento da evolução da ciência nacional. É algo que distingue o Brasil não apenas de seu entorno regional, mas em relação a várias partes do mundo.

As Ciências Humanas no Brasil têm, há 45 anos, uma evolução importante na classificação e na indexação da produção científica no país, resguardada historicamente no papel da CAPES, que é uma agência de avaliação e de fomento vinculada ao Ministério da Educação. No que tange à evolução das Relações Internacionais, chama atenção nos dados levantados pela CAPES a elevação quantitativa na produção acadêmica bem como na criação de programas de pós-graduação em Relações Internacionais em diferentes partes do Brasil, apesar de certa concentração no centro-sul do país.

Alguns desses programas podemos chamar de “puro sangue”, ao tratarem especificamente e exclusivamente da área de Relações Internacionais, enquanto outros, híbridos, alguns ainda ancorados na tradição da Ciência Política. Uns possuem âncoras no estudo da formação das relações internacionais do Brasil, particularmente os mais antigos. Possuem, em geral, tradição própria, com maior autonomia decisória em relação ao léxico anglo-saxônico das Relações Internacionais. Outros se concentram em defesa e segurança internacional ou no Direito Internacional. Boa parte desses cursos oferece disciplinas calcadas na experiência anterior ou concomitante de Ciências Políticas.

O fato novo, no entanto, é que a área de Relações Internacionais vem crescendo exponencialmente, bem acima da média da Ciência Política e das demais áreas das Ciências Humanas, a indicar uma tendência de evolução de interesse positivo em torno da inserção internacional do Brasil. Isso oscila dos grandes temas globais, das relações entre o interno e o externo, ao comércio internacional, às instituições internacionais, bem como o novo papel do Brasil no mundo complexo que vivemos, entre tantos outros temas. De acordo com os índices aplicados pela CAPES, as Relações Internacionais estão, de fato, superando áreas tradicionais das Ciências Humanas como a Sociologia, a Antropologia e a História.

Há uma segunda observação acerca dos dados consultados. Existem hoje 13 programas específicos de pós-graduação em Relações Internacionais no Brasil, quando eram dois apenas na década de 1990. Há, portanto, novas estruturas acadêmicas produzindo cientistas e estudiosos nesse campo. Eles englobam 13 mestrados *stricto sensu* e quatro doutorados, sendo que um quinto doutorado acaba de ser encaminhado para sua regulamentação na CAPES.

Os doutorados são, por ordem de criação, os existentes na Universidade de Brasília (UnB), na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/Rio), o Programa San Tiago Dantas de Relações Internacionais que engloba a Universidade Estadual Paulista (UNESP), a Universidade de Campinas (UNICAMP) e a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), e o da Universidade de São Paulo (USP). O quinto doutorado que está nascendo é o da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/Minas). Na década, em torno de 50 teses de doutorado foram defendidas sob a rubrica Relações Internacionais. O acumulado de dissertações de mestrado

nas décadas de 1990 e 2000, sobretudo com o aumento de criação desses programas, chegou à cerca 500 dissertações defendidas.

Os programas, direta ou indiretamente, mantêm duas revistas científicas classificados na métrica da CAPES como A2 ou A3, portanto, nenhuma delas tem ainda a classificação maior, A1. São elas: *Revista Brasileira de Política Internacional* e *Contexto Internacional*. Nessa área das revistas científicas, uma novidade surgiu em julho de 2011 por meio de um documento muito apreciado pela métrica da CAPES e pela ciência brasileira. São, entre os índices submetidos à Física, Matemática, Ciências Humanas em geral, os índices do *Journal Citation Reports* (JCR), com o seu famoso e internacional “fator de impacto” das revistas científicas internacionais.

Existem mais de 50 índices para classificar revistas científicas internacionais, com impacto científico na formação de ciência, tecnologia, etc. O *Journal Citation Reports* (JCR) publica o índice de maior prestígio entre os cientistas no mundo. Esse fator de impacto de uma revista científica interessa às universidades, sejam elas localizadas em Sidney, na Virgínia, no Chile, em Tóquio, ou no Brasil, sendo um índice de classificação de revistas muito antigo e muito importante.

Na área de Ciências Humanas existem 20 revistas brasileiras, entre Saúde e Ciências Humanas, dentre elas a *Revista Brasileira de Psiquiatria, Saúde Pública, Revista de Enfermagem da USP* e *Saúde Coletiva*. Há duas revistas que publicam temas de Ciência Política e Relações Internacionais. Uma delas é a *Revista Dados*, muito conhecida e tradicional, e a única mais próxima a nós no Brasil que tinha fator de impacto nas Ciências Humanas. Em 2009, a *Revista Brasileira de Política Internacional* (RBPI) chegou próximo à *Revista Dados* em fator de impacto e em 2010 a ultrapassou no mesmo critério. A RBPI é uma revista de Relações Internacionais e tende a alcançar o índice A1 no sistema Capes.

Estes exemplos são interessantes para mostrar que, apesar dos dados poderem ser escolhidos ou rejeitados, há uma emergência quantitativa, mas também qualitativa, no desenvolvimento da pesquisa de Relações Internacionais no Brasil, o que parece importante e positivo. Associado a isso, é interessante destacar o nascimento da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI) em 2005. Esta foi a primeira associação exclusiva de

Relações Internacionais, destacando-se de outras das Ciências Humanas, como a Associação Nacional de História (ANPUH), que celebrou seu 50 anos a pouco tempo, como a Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED), ou a Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), entre outras.

A ABRI tem sido um lugar importante no movimento de pesquisadores *seniors* em Relações Internacionais, sobretudo na condição de sócios plenos. O 3º Encontro da Associação, ocorrido em julho de 2011, no campus da Universidade de São Paulo contou com 612 *papers*, apresentados por professores, pesquisadores e estudantes de mestrado e doutorado. São números que catapultam de um Encontro para outro e que exprimem um crescimento quantitativo impressionante.

A leitura desses *papers*, resultados de pesquisas já finalizadas ou ainda em andamento, permite verificar duas características. Uma diz respeito à extraordinária diversidade temática no tratamento da pesquisa de Relações Internacionais no Brasil. A pesquisa teve uma origem diplomática e de política exterior em sua fase inicial, com autores dos anos de 1940 e 1950. Porém, moveu-se nos anos da globalização para uma forte diversidade temática, de assuntos que não emanam daquilo que chamamos “inserção internacional do Brasil”, sobretudo das transformações globais e seu impacto na sociedade brasileira. Dessa forma, tratam de temas de meio ambiente, reformas de governança global, instituições internacionais, defesa, segurança internacional e muitos outros. Há, portanto, uma crescente diversificação que chama muito a atenção.

Uma segunda característica, que ainda não sabemos como compor conceitualmente, estaria ligada a uma certa tendência de abandono original das fontes epistemológicas, dos campos originários geradores da área da pesquisa. Por exemplo, na área da Economia observam-se poucos trabalhos tratando de econometria e muitos tratando de Economia Política. Essa tendência pode ser observada nos doutorados do Programa San Tiago Dantas, da PUC/Rio e da UnB. As pesquisas concentram-se não na econometria internacional, mas sim na Economia Política Internacional, voltada para a formação do sistema global ou as assimetrias de instituições internacionais econômicas e sua adaptação ao mundo em que vivemos.

Outro ponto importante foi o florescer de seminários múltiplos na última década. A UNESP realizou em 2011 a 9ª Semana de Relações Internacionais. O Programa San Tiago Dantas realizou o seu 3º Encontro de Estudantes de Pós-Graduação, um encontro de seus professores e estudantes, mas também de estudantes de outras instituições de ensino. Estudantes do Brasil inteiro realizam e participam de eventos diversos com os mais diversos nomes. Nessa década de 2001 a 2010 levantamos pelo menos 78 eventos do Acre ao Rio Grande do Sul e deste ao Rio Grande do Norte.

Há movimentos extraordinários que não são propriamente de produção de pesquisas novas, mas uma socialização da pesquisa, com uma enorme presença de professores. Esse foro chamado Encontro Nacional dos Estudantes de Relações Internacionais (ENERI) realizou sua 16ª edição em Brasília e prepara a seguinte para 2012 em Florianópolis. Organizado por estudantes de graduação, mas com a participação de um grande número de professores que apresentarem suas teses, seus livros e suas pesquisas.

Outros números também importantes do ponto de vista quantitativo são referentes à disseminação dos resultados de pesquisa em coleções e em livros de textos. A primeira coleção brasileira didática a socializar partes dessas pesquisas, dessa adaptação, ou da literatura internacional com nossos próprios conhecimentos gerados nessa interação foi a coleção publicada na segunda metade dos anos 1990 – Economia Política Internacional, História das Relações Internacionais, Cultura e Poder - editadas sob patrocínio da Petrobrás, com o Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI) e a Fundação Alexandre Gusmão (FUNAG) do Ministério das Relações Exteriores. A partir dela, uma quantidade de coleções de Relações Internacionais frutificou em universidades públicas e em casas editoriais.

Associado a isso, o Encontro de Graduação em Relações Internacionais, realizado em Belo Horizonte em 2010, pela ABRI, reuniu 40 coordenadores dos programas de ensino de Relações Internacionais do Brasil. Se pensarmos que existia apenas um programa em 1975, um em 1980, um em 1985, dois em 1989, três em 1991 e cinco em 1994 e que hoje são quase cem cursos de Relações Internacionais em campus isolados, centros universitários ou universidades, particulares ou públicas, tudo isso expõe grande animação à comunidade de Relações Internacionais que se forma no Brasil.

Esses cursos necessitam de professores de Relações Internacionais. Um estudo feito pela ABRI, entendendo que esses cursos têm entre oito a dez professores (mas muitos têm um número maior), estão localizados nas fronteiras do Brasil, na Amazônia e em regiões periféricas, e que há o aproveitamento de professores de outras áreas para as Relações Internacionais, permite afirmar que já teríamos hoje cerca de 850 a 900 professores brasileiros de Relações Internacionais. Afastaram-se, vários deles, das aulas nos cursos de Administração, Economia, Direito Internacional e convergiram seus interesses e concentração para a área específica de Relações Internacionais.

Quanto às temáticas de pesquisas, ainda não há um balanço comparado qualitativo. Mas, com base nos relatórios da CAPES, podemos apresentar algumas impressões. A primeira é um certo vício, sobretudo das novas gerações, pelo “estrangeirismo encabulado”. Esta é uma tendência muito forte de buscar na literatura internacional, especialmente do *mainstream* anglo-saxão, as explicações e o raciocínio das Relações Internacionais. E, portanto, uma espécie de importação acrítica de conceitos e léxicos. É lexical, é conceitual e é um imperativo teórico.

Parece já haver certa reversão dessa subserviência metodológica para retorno à confiança epistemológica e axiológica, portanto de valores, no que é o produzir Relações Internacionais em um país continental imenso, com história e inserção internacional próprias, chamado Brasil.

O segundo ponto advém do esforço que já se nota de superação do desprezo das novas gerações da leitura crítica das tradições brasileiras na construção de conceitos próprios de Relações Internacionais. Estamos substituindo gradualmente o *made in outside* pelos autores brasileiros e incluindo o ponto de vista do escrutínio de algumas dessas categorias analíticas que teriam para nós um ambiente talvez mais amplo para se desenvolver nos estudos de Relações Internacionais. Um pouco, também, os autores dos países vizinhos, da literatura chilena, argentina, mexicana. Agora chegam os textos chineses. E em alguma medida, também, a dinâmica da produção de conceitos em Relações Internacionais em outras paragens que são hoje observadas com muito interesse pelas escolas do Sul que florescem.

Uma releitura da opção teórica a Escola Inglesa ofereceu em determinado momento, mesmo no Brasil, inspiração para uma alternativa à

própria escola do realismo, do liberalismo e dos pós-liberalismos das escolas americanas de Relações Internacionais. A Escola Inglesa, com um caminho próprio, um *middle course*, como aquele que foi adotado na evolução de Martin Wight, Adam Watson, passando por Hedley Bull, e que pouco se estudava no Brasil, animou a ideia de que podíamos ter escolas nacionais e regionais de Relações Internacionais.

Mas também outras escolas, outras tradições, outras origens axiológicas e epistemológicas em alguma medida foram abandonadas na taxonomia das teorias de Relações Internacionais, mas que estamos também observando e ensinando em nossas aulas de Teoria das Relações Internacionais nos cursos de graduação desse país. Vários deles merecem urgente reformulação.

Mas tudo isso é evolutivo, contraditório, dialético e há, evidentemente, temas de grande interesse. Nos anos 1990, observando as teses e os livros, os temas se ligavam a governança global e regimes. Podemos dizer que houve uma “febre” de regimes nos anos 1990, em que a maior parte das teses fazia referência a teoria dos regimes. Da mesma forma destacou-se a temática da globalização, na forma positiva, altaneira, sendo preciso que Fernando Henrique Cardoso lembrasse, em 1998, que ela também era assimétrica, em seu famoso discurso do Colégio do México.

Verificou-se um desprezo pela segurança internacional nos anos 1990. Não se escrevia muito acerca desse tema no país, como se não houvesse preocupação com conflitos e guerras, as tais regularidades históricas das Relações Internacionais sempre lembradas pelos autores franceses Pierre Renouvin e J. B. Duroselle. O estudo mesmo da tradição específica da Escola Francesa, e sua eterna esperança de que um pequeno ciclo de paz seria substituído pelo terror da guerra do Iraque, Afeganistão, guerras preventivas.

O renascimento de ângulos nacionais e regionais mostra-se promissor no estudo da política externa do Brasil e dos estudos acerca das novas formas de governança global que se ensaiam. O retorno de estudo da política externa, não só como política externa em si, mas como inserção da sociedade brasileira nas complexidades globais, é caminho que se desenha fértil.

Da mesma forma, surgem com destaque os temas das empresas brasileiras no mundo. E as ameaças a sua interação competitiva. O Brasil já era um país que vinha internacionalizando suas empresas, mas não

tínhamos teses sobre o assunto. Esse renascimento foi muito importante, com uma dinamicidade no movimento dos trabalhos voltados para essas novas possibilidades da inserção altaneira no mundo sincrético que temos nas primeiras décadas do século XXI.

Um aspecto não tão positivo, mas que está pesando muito na escolha dos objetos das teses de doutorado e das dissertações dos mestrados, trata-se do que chamamos de “espetacularização” das Relações Internacionais no Brasil. Um motivo para tal “espetacularização” das Relações Internacionais é relacionado ao crescimento e renovação de sua “comunidade”. Os velhos professores são escassos (podemos contar cerca de 20 professores de Relações Internacionais que militavam nos seus livros nos anos 1970 e 1980 nesse país). Formou-se, então, um *gap* entre essa velha geração e as novas dinâmicas naturais do “crescimento fulgurante” das Relações Internacionais no Brasil.

A esse fato, associa-se a emergência da grande mídia, sobretudo da televisão, ampliando a “espetacularização” em seus telejornalismos, com pessoas que não são da área de Relações Internacionais, ou que aparentemente conhecem apenas modestamente os conceitos, os autores e as obras na área, particularmente do pensamento brasileiro de Relações Internacionais, mas se aproveitam da televisão para comentar as profundidades de temas como a Guerra do Iraque ou a intervenção na Líbia. Pessoas que nunca estudaram a África, que nunca escreveram um artigo a respeito da história dos povos árabes, mas que se aproveitam a brecha da mídia ou são por ela cooptada. Pouca pesquisa em geral é feita nas teses e dissertações disponíveis em nossas universidades e programas de pós-graduação em Relações Internacionais. Há, no Brasil, e não só aqui, desequilíbrio enorme entre o estudo comprometido e a “espetacularização” ao estilo CNN.

Esse fato é importante e preocupante na medida em que influencia nas opções de estudo e de pesquisa, direcionando para um campo fácil, onde se emite uma opinião com base na leitura de poucos documentos, caracterizando não uma verdadeira pesquisa, mas um “achismo”, uma animação fantástica. Dessa forma, há necessidade de estudarmos um pouco mais esse *gap* entre socialização dos estudos na opinião pública e a pesquisa clássica de Relações Internacionais. Os resultados dos quatro programas que produzem teses doutorais há mais de uma década, cujos autores, em grande medida, não estão na vida diplomática, nem nas empresas multinacionais ou nos organismos internacionais, nem desejam ser âncoras da CNN do Brasil, são pouco

ouvidos porque são pouco procurados ou porque já estão atarefados com as responsabilidades do dia-a-dia nos grupos universitários.

Outro movimento que entendemos ser importante, e que está acontecendo na prática, é o deslocamento do pensamento diplomático para o acadêmico das Relações Internacionais no Brasil. Há desproporção na contribuição do diplomata aposentado na discussão das Relações Internacionais. A contribuição deles é importante, mas como objeto de estudo. A produção de conhecimento de Relações Internacionais é maior que a opinião diplomática, embora esse seja importante na configuração da explicação. Não se deve esquecer que os diplomatas estão vinculados a certas raízes de origem política, com conexões e opções e, normalmente, transmitem uma opinião depois que se afastam da chancelaria, por meio de suas consultorias. A produção de ciência é outra coisa, exigindo um esforço bastante mais duro, mais difícil e mais prolongado, na métrica científica, nas tradições conceituais da área.

Deve haver, então, um cuidado, porque esse debate ideológico é importante e interessante apenas como um pano de fundo ou entendimento dos interesses em jogo. Não convém transformar a fonte no conhecimento. As duas coisas são diferentes. A pesquisa em Relações Internacionais deve cumprir os quesitos tradicionais da pesquisa científica universal, com conceitos e comprovações, com hipóteses e afastamento do sujeito em relação ao objeto, com a comprovação empírica, um conceito axiologicamente plausível, epistemologicamente demonstrável e eficaz.

Concluimos, portanto, com as seguintes ideias. O campo do estudo das Relações Internacionais tardou a se institucionalizar no Brasil, embora a pesquisa em Relações Internacionais seja antiga, remontando ao nascimento do próprio Estado brasileiro. A institucionalização foi posterior ao mundo anglo-saxão e posterior ao mundo latino-americano. Daí carregarmos muita dependência do ângulo diplomático para analisar a inserção internacional do Brasil, o que é um equívoco porque o país anda por si e a diplomacia é apenas parte dele. Os atores são múltiplos, são globais, movem-se em diferentes tabuleiros e a diplomacia perdeu seu papel anterior. Encolheu.

A inserção internacional do Brasil é da sociedade brasileira, do Estado brasileiro no seu conjunto, de suas empresas, dos brasileiros no

mundo, em ambiente de grande complexidade. A inserção internacional de um país emergente como o Brasil é um conceito bastante superior ao de política externa, e bem maior ainda que a arte diplomática desempenhada pelo importante serviço diplomático que temos no país. As inserções são da sociedade em seu conjunto. Então, não se pode subordinar esse debate às opiniões dos que foram chanceleres, aos que querem ser ou aos que já foram e querem voltar. O debate acadêmico é feito na academia e não convém que exportemos nossa obrigação acadêmica e de formação da opinião pública aos diplomatas nem aos âncoras das redes CNN do Brasil.

Dessa forma, deve haver o retorno às fontes, aos objetos precisos, aos estudos pontuais, específicos e empíricos. Mas devemos saber passar esse conhecimento de forma organizada pelas publicações e participação do debate internacional, como fazem os professores de Relações Internacionais nos Estados Unidos, na Inglaterra, na Rússia, etc. Continuamos sem ter nesse país bons estudos sobre nossos vizinhos, ou sobre o norte da África. A China chegou e ainda sabemos pouco. As empresas brasileiras no mundo não são ainda bem entendidas.

Apesar de novas teses e grupos de estudo, ainda estamos engatinhando nesses temas. Temos que voltar aos arquivos, porque o Brasil não foi inventado hoje. A formação do entendimento da política externa brasileira tem algo a ver com a história. Temos que olhar o mundo a partir de nós, como sempre fizeram povos como os russos, os chineses e os franceses, com sua escola própria, tradicional, de Renouvin e Duroselle. Usar o exemplo da percepção inglesa de que havia uma redenção em uma governança superior à Guerra Fria, com o conceito de sociedade internacional engendrado pelo *British Committee on the Theory on International Relations*, entre as décadas de 1960 a 1980 e que foi muito importante como contra-discurso às teoria da Guerra Fria, seja o realismo ou o liberalismo em forma institucional.

Finalmente, devemos fazer um grande esforço editorial em torno da inovação. Precisamos ampliar a lateralidade dos meios de divulgação de pesquisas novas, por que elas estão chegando. Há estudos doutorais excepcionais, mas um livro demora quatro ou cinco anos para chegar às livrarias, e temos poucas revistas científicas de Relações Internacionais no Brasil. Temos que avançar com mais organização e coordenação entre nós.